

Artigo Original

Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer

Verônica Werle

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Tendo em vista o contexto econômico atual e suas implicações no enfraquecimento de direitos sociais, como é o caso do esporte e do lazer, bem como o direito a participação democrática do povo sobre as decisões públicas, o estudo apresenta um exemplo de como o Estado, no âmbito municipal, se organiza para eleição das políticas públicas e como acontece a participação popular nesta organização. A pesquisa é de cunho qualitativo e utilizou como instrumento para coleta de informações entrevistas com cinco funcionários, a análise documental e o diário de campo. São apresentadas evidências de que, apesar da organização de reuniões internas e da participação popular informal, a decisão final permanece centralizada no gestor. Os resultados obtidos sugerem a necessidade de desenvolvimento de ações formativas para a valorização da participação popular e da própria área do esporte e lazer. Além da criação de mecanismos de descentralização do poder de decisão.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Participação. Esporte. Lazer.

Considerations about participation in public policy for sports and leisure

Abstract: In view of the current economic context and its implications for the weakening of social rights, such as sport and leisure, and the right to democratic participation of the people on public decisions, the study presents an example of how the state, at the municipal level, is organized for election of public policies and how the popular participation is in this organization. This qualitative research used as tools for gathering information the interviews with five officials, the document analysis and a field diary. There are evidences that, despite the internal meetings organization and informal public participation, the final decision remains centralized in the manager. The results suggest the need of educative actions for the development of popular participation and the area of sports and leisure. Besides the criation mechanisms for decentralization of decision power.

Key Words: Public Policy. Participation. Sports. Leisure.

Introdução e Justificativa

As aproximações da Educação Física com a temática das políticas públicas já são observadas desde a década de 80, quando ganha um olhar atento nos eventos científicos da área¹, e em especial no ano de 1997 quando nasce o Grupo de Trabalho Temático – Políticas Públicas, juntamente com a estruturação dos demais grupos no âmbito da Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Apesar de ser uma temática presente na discussão e nos eventos científicos, a produção de conhecimento na área ainda é discreta e voltada ao relatos de experiências, necessitando de maior diálogo com as teorias ([STAREPRAVO](#), 2007). Outra observação se faz nos Cursos de Educação Física, onde a temática é abordada de forma frágil nas disciplinas de gestão e organização esportiva, muitas vezes se restringindo aos manuais de eventos e

conhecimentos administrativos, reduzindo o espaço de reflexão crítica sobre o sistema e as transformações econômicas e sociais.

Além disso, aumenta a necessidade de estudar mais de perto as políticas públicas e em especial aquelas que se referem aos direitos sociais, como é o caso do esporte e do lazer, devido ao enfraquecimento destes direitos frente a adoção de políticas de caráter neoliberais. Política cuja característica está no entendimento de que o desenvolvimento de setores econômicos seriam suficientes para o desenvolvimento “automático” dos setores sociais ([LAURELL](#), 2002).

Tanto o neoliberalismo como a globalização foram e continuam sendo estratégias para a manutenção do sistema capitalista, depois do início da crise na década de 70, ocasionada em virtude de uma desaceleração do acúmulo de capital. [Húngaro](#) (2005) explica que as transformações sociais ocorridas a partir de então causaram impacto em diversos âmbitos da

¹ Informações encontradas no histórico do Grupo de Trabalho Temático Políticas Públicas no site do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte <http://www.cbce.org.br/br/gtt/politicas-publicas>.

sociedade, e são vividos no tempo atual. Entre as diversas transformações que o autor sinaliza estão, no âmbito econômico, o aumento do desemprego – devido as novas demandas de conhecimento para os trabalhadores – e no âmbito social, o aumento da urbanização e dos desprotegidos sociais - com menos redes de proteção sociais. Enfim, um aumento profundo das desigualdades.

Tais crises enfraquecem ainda mais as lutas por direitos sociais travadas pelos trabalhadores. E nesse contexto, importantes conquistas da classe trabalhadora (direitos sociais) são postos em questão e alguns são retirados ([HÚNGARO](#), 2005 p. 3211).

Pensando em alternativa que possibilitem a redução das desigualdades sociais, encontra-se na vivência da democracia, através da participação popular, um caminho para transformação da realidade. Para tal afirmação, apoia-se no entendimento de [Demo](#) (2001) ao explicar que as transformações não caem do céu, bem como também não vem “de cima para baixo”, que depende de conquistas processuais, não imediatas, materializadas na forma de organização e participação civil frente ao Estado.

Ao tornar-se uma república presidencialista em 1889 e com a instauração do suposto voto universal pela constituição de 1891² surge o entendimento do Brasil como um país “democrático” devido a concepção de democracia como sufrágio. Esta concepção se confirma como equívoco ao retomarmos os processos ditatoriais que ocorrem no Brasil de 1937-1945 e de 1964-1984, bem como os processos de coronelismo que ainda podem ser observados em nosso tempo.

Assim, costuma-se pensar sobre democracia esporadicamente, ao aproximarem-se as eleições ou no momento do voto, no entanto, é preciso pensar para além desta compreensão inicial que carrega consigo o significado literal e etimológico de poder controlado pelo povo através de representantes eleitos. Democracia significa necessariamente a participação popular e como explica [Bordenave](#) (1986), não trata-se apenas de um sistema de governo, mas de um estado de espírito, um estado de participação. Necessita-se, portanto, avançar para a vivência cotidiana da

democracia, questionando e intervindo nas ações e decisões públicas.

Levando em consideração o contexto econômico/social atual, entendendo o esporte e o lazer como direitos sociais e, ao mesmo tempo o direito a participação democrática do povo sobre as políticas públicas, o estudo apresenta um exemplo de como o Estado, no âmbito municipal, se organiza para eleição das políticas públicas e como acontece a participação popular nesta organização.

Democracia e participação popular

O entendimento popular e usual de democracia costuma ser restrito ao tempo de eleições e ao momento de voto. No entanto, entender que basta escolher candidatos, esperar que estes decidam todo por todos os aspectos sociais e aceitar estas condições não é suficiente para ser caracterizar um povo democrático, pois democracia significa participação ([DEMO](#), 2001; [BORDENAVE](#), 1986 E [DALLARI](#), 1984).

Para [Bordenave](#) (1986), a falta de participação e organização civil é a própria marginalização do sujeito, pois este fica a margem das decisões e da sociedade. No mesmo sentido, para [Demo](#) (2001), a falta de participação significa pobreza política³.

Um povo politicamente pobre é aquele que [...] não passa de massa de manobra...aceita um estado avassalador e prepotente, bem como uma economia selvagem [...] não reivindica direitos, mas pede, suplica, os espera passivamente, [...] vê o serviço público como caridade [...] que somente reclama, mas não se organiza para reagir (p. 22).

Quando a intervenção civil se efetiva, traz consigo aspectos positivos, como o controle e a fiscalização de obras e serviços públicos, as reivindicações por igualdades de condições, bem como a construção de políticas públicas que estejam realmente em acordo com a realidade, necessidade e vontade de cada comunidade, desta forma maximizando seus resultados. No entanto, para além de um instrumento que traga benefícios e resultados práticos, o exercício de participar também tem base afetiva que envolve a satisfação, a necessidade humana de fazer parte do coletivo, de realizar ([BORDENAVE](#), 1986).

² [Ramos](#) (2007) esclarece que, apesar de ser designada historicamente como referência ao sufrágio Universal, o voto na constituição de 1981, manteve-se restrito a parte alfabetizada da população.

³ No livro *pobreza política*, Pedro Demo explica que apesar considerarmos, normalmente a pobreza nas dimensões do Ter, ela apresenta-se também na dimensão do Ser, que significa uma incapacidade de sermos cidadãos críticos e participativos, a incapacidade de viver democraticamente.

Pode-se dizer que a constituição de uma participação popular real e efetiva depende ou se situa em dois pólos: a vontade do Estado e a vontade civil. A vontade do Estado se refere aos canais de abertura que estimulam a participação popular, como as ouvidorias, o orçamento participativo e a organização de conselhos. Também depende de como o Estado lida com as formas de poder que possui. Trata-se do poder econômico, traduzidos pelo controle do fundo público, das licitações, as possibilidades de fraudes e superfaturamentos; o poder político, que pode facilitar vantagens e ou impunidades, e manipular resultados; o poder de informação, onde situa-se uma das mais fortes formas de manipulação da massa, permitindo ao Estado mostrar e esconder o que lhe interessa e, o poder científico, da apropriação de saberes para interesses individuais e a submissão à tecnocracia ([DEMO](#), 2001).

No pólo onde a participação depende da vontade civil, fala-se de uma vontade que, não necessariamente, nasce com o sujeito, mas que ele aprende através de uma educação que seja esclarecedora da realidade política em que vive. É como ensina [Bordenave](#) (1986) quando diz que a educação tem o importante papel de “desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação” (p. 26). Esta prática da participação parece bastante difícil quando se pensa em abordá-la nos processos de macro participação, como associações ou partidos políticos, no entanto é a micro participação, no ambiente familiar e na prática escolar por exemplo, que se prepara para a macro participação através da capacidade de conhecer a própria realidade, aprender a distinguir efeitos de causas, a observar, a manejar conflitos e respeitar opiniões ([BORDENAVE](#), 1986).

No âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, é pertinente questionar se há alguma forma de participação na materialização destes direitos sociais, e se há, que tipo de participação ocorre e quais são alternativas possíveis?

Participação popular nas políticas de esporte e lazer

A partir do avanço do reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais pelo Estado, em 1988 através da Constituição Brasileira ([BRASIL](#), 1988), é preciso pensar em

como concretizar estes direitos através de políticas públicas que possibilitem universalizá-los para a maioria em detrimento a grupos privilegiados. Principalmente, priorizando e facilitando o acesso às camadas que geralmente não são atendidas ([MARCELLINO](#), 1996).

Ao iniciar a reflexão sobre a construção democrática de políticas públicas no campo da Educação Física, esporte e lazer, é preciso agregar ao superficial entendimento de representatividade, ou seja, eleição e voto, atribuído a “democracia”, aos estigmas da área. As marcas da desvalorização iniciam pela visão dualista corpo/mente, que relacionava a Educação Física apenas como exercício do corpo, menos nobre do que a mente, e a serviço desta ([CASTELLANI](#), 1988). Atualmente a desvalorização se dá pela hegemonia do modelo neoliberal, centralizado nos ajustes econômicos. Este contexto por muito tempo tem provocado olhares preconceituosos que diminuem o esporte e o lazer, considerando-o como um problema menor em relação aos demais direitos sociais ([MARCELLINO](#), 2001; [DUMAZEDIER](#), 2001 E [MELO](#), 2005).

Portanto, percebe-se que o esporte e o lazer ficam “nas bordas”, mais do que outros direitos sociais constitucionais, tanto sobre a sua compreensão e valorização, como na própria efetivação de ações. Assim como a sociedade, o poder público confere pouca estima ao esporte e lazer, atribuindo a temas de caráter utilitário e compensatório ([CASTELLANI](#), 1996 e [MARCELLINO](#), 2001). Da mesma forma, as ações que possibilitem a participação social na tomada de decisão são pouco organizadas pelo poder público.

Dois exemplos mostram a realidade da (não) participação nas políticas públicas de esporte e lazer. Trata-se do estudo de [Starepravo](#) (2007) que, ao investigar municípios paranaenses, além de não evidenciar a participação popular, indica que há casos onde os mecanismos de participação são vistos como “inimigos” dos gestores. Da mesma forma, o estudo de [Rocha](#) et al. (2007) também apontam falta de relação entre poder público e sociedade em municípios baianos, apontando desarticulação entre as ações do Estado com a realidade encontrada.

Notando que as decisões permanecem restritas ao poder vigente, [Stigger](#) (1998) explica

que as políticas públicas desenvolvidas para a população são diferentes daquelas desenvolvidas com a população. Segundo o autor, a primeira acaba contribuindo para posturas conformistas e dependentes do Estado, como se ele estivesse acima da sociedade civil, enquanto que a segunda permite a vivência real da democracia, com a população participando das decisões e com isso assumindo a postura de co-autora das políticas estabelecidas e suas consequências.

A co-gestão é uma característica recente dos modelos de governo, visto que é apenas a partir da década de 80 que a sociedade começa a se organizar e exigir participação na gestão pública, apesar da necessidade de “superar a lógica clientelista” e de “desprivatização do público” (BATISTA, 2005, p. 36).

Quanto à lógica clientelista citada pela autora a analogia feita é com a lógica econômica, entendendo que o cliente, na administração pública, é o povo, e a administração uma empresa, que busca, antes do desenvolvimento global do Estado, satisfazer os clientes, fazendo o que querem, mesmo sendo ações particulares, com a preocupação de conservar o cliente para futuros negócios ou eleições. Ao referir-se a desprivatização do público entende-se que, se é público e passou por um processo democrático de escolha de líderes, o povo deve participar das decisões e combater a arbitrariedade, tal participação provocaria no civil, segundo a autora, maior responsabilidade por suas ações e noção de bem público a partir de um projeto democrático popular. Ainda seguindo o raciocínio de Batista (2005), tal projeto tende a provocar, em contrapartida, dificuldades como a falta de agilidade para tomadas de decisões, a ausência de canais administrativos que dêem garantia institucional à interação dos grupos organizados e com os “movimentos populares e resistências tecno-burocráticas” (p. 36). No entanto, a autora entende que, no novo paradigma apresentado, a participação popular passa a ser considerada uma intervenção social recorrente e planejada, desde sua formulação até a implementação.

Assim como há exemplos da falta de canais de participação, o contrário também pode ser observado. A Conferência Nacional de Esporte é um exemplo da iniciativa pública federal que tem oportunizado a democratização de decisões na área, apesar de a ação demorar 10 anos para se concretizar, após consolidação dos direitos na

constituição de 1988 (OLIVEIRA; HÚNGARO, 2005).

Também é exemplo o estudo realizado por Amaral (2005) que relata a experiência do Orçamento Participativo (OP), adotado pela administração municipal de Porto Alegre em 2000, como um mecanismo de participação popular. Sobre a temática do OP intitulada Educação, Esporte e Lazer, a autora relata que nenhuma reivindicação desta temática foi eleita como prioridade observando uma desvalorização do lazer por parte de setores da administração municipal, devido a baixa dotação orçamentária e recursos humanos disponibilizados, e pela população que entende o lazer como supérfluo e de opção individual.

Apesar do entendimento da importância de mecanismos de participação, que democratizem as ações públicas, primeiramente, é necessário haver um movimento de conscientização da população de que também é gestora para superar o hábito conformista de esperar as coisas prontas do governo. Também há a necessidade de se educar para a valorização da área do esporte e do lazer como bens necessários à qualidade de vida, pois, como podemos ver na experiência do orçamento participativo implantado em Porto Alegre, nenhuma reivindicação na área foi votada como prioridade (AMARAL, 2005).

Metodologia

O estudo de natureza qualitativa apresenta o recorte de uma investigação sobre as políticas públicas de esporte e lazer em um município do Rio Grande do Sul. O tema da democracia e participação na tomada das decisões ganhou destaque no processo de coleta de informações, fazendo-se necessário um aprofundamento teórico e investigativo sobre a questão. Quanto ao tipo, o estudo se caracteriza como um estudo de caso, pois trata-se de “[...] um exame detalhado, compreensivo, sistemático e em profundidade do caso, objeto de interesse” (GÓMEZ, FLORES E JIMÉNEZ, 1996 p. 92).

Para estudar os fenômenos em pesquisa qualitativa, se faz necessário identificar o contexto onde estão inseridos. Assim, o contexto investigado foi uma Secretaria Municipal de Esportes e Lazer que iniciou as atividades na condição de Secretaria no ano de 1986, quando se desvinculou da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo onde constituía um

setor. Sua localização é em um prédio no centro do município, sendo que este não abriga a sede da Prefeitura. O quadro de recursos humanos é composto por 10 funcionários, sendo que 7 atuam em cargos técnicos/administrativos e 3 são estagiários. Todos os funcionários, com exceção do Secretário Municipal são professores ou estudantes de Educação Física. Para a finalidade deste estudo, foram selecionados 5 funcionários do setor técnico/administrativo que atuavam na tomada de decisão e elaboração das políticas públicas da área no município e aceitaram participar da pesquisa. O consentimento dos participantes deu-se através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garantia o anonimato com a utilização de nomes fictícios.

A escolha dos instrumentos de coleta de informações e validação foi realizada a partir do modelo de pesquisa qualitativa e dos objetivos do estudo. Desta forma, foram utilizadas entrevistas semi-estruturada, o diário de campo e a análise documental.

Análise das informações

O conjunto de informações levantadas permitiram entender a organização da Secretaria para a tomada de decisões sobre três aspectos: As reuniões com elaboração do Calendário de Eventos, a participação popular e a decisão do gestor.

Um das formas organizadas para eleger as atividades são as reuniões realizadas com os funcionários da Secretaria. Estas acontecem de forma esporádica, ou seja, apesar de haver um dia específico para tal, nem sempre é realizada devido ao acúmulo de atividades, conforme relatado nas entrevistas. A forma de eleição das atividades é relatada da seguinte maneira:

“Às vezes definimos entre todos, em reunião, às vezes, só sentamos rápidos e vemos o que podemos fazer de diferente, aí um dá uma idéia e colocamos no papel” (Entrevista nº 1 de Amélia).

“A gente trabalha aqui em grupo, cada um procura trazer suas idéias [..]. Dando um exemplo do ano que vem, a gente fez o levantamento das atividades deste ano (no início de outubro) e já pensando para o ano que vem, se avalia cada evento, o que pode melhorar o que é que não deu certo que a gente poderia pensar no ano que vem e também não fecha a possibilidade de surgir uma coisa extra que seja urgente ou que o pessoal esteja pedindo e está dentro nas nossas capacidades a gente não

fecha as portas, claro que tem que pensar no orçamento” (Entrevista nº 4 de Bruno).

“Geralmente em reuniões, ou vai pedindo um por um, porque é um trabalho em conjunto, ninguém faz por conta, sempre é perguntado para todo mundo. Ou em forma de reunião ou boca a boca, geralmente é semanal a reunião” (Entrevista nº 5 de Douglas).

Os participantes das reuniões são os próprios funcionários da Secretaria juntamente com o Secretário Municipal, sendo que muitas vezes a reunião é substituída por uma rápida troca de idéias entre alguns funcionários. As reuniões são realizadas para os setores divulgarem as ações que estão desenvolvendo, avaliar e discutir aquelas que já foram realizadas, propor novas atividades, bem como receber orientações do Secretário Municipal. Neste momento não há participação direta da população, mas os entrevistados relatam que levam para a reunião comentários que ouviram ou sugestões que lhes fizeram, como será apresentado.

Há um planejamento de projetos e eventos para o ano, trata-se do Calendário de Eventos Municipal. Este Calendário é elaborado em uma reunião, meses antes do início do ano seguinte, e possui como base o Calendário do ano anterior.

“Muitas atividades já vem enraizadas de mais tempo, como os Jogos Interbairros, é a nona edição, já veio de mandato anterior. Então são atividades enraizadas, estão no Calendário e deram certo, não tem o porque de não realizar” (Entrevista nº 5 de Douglas).

Apesar de existir um planejamento anual, transparecendo uma certa conformação, é possível inserir ou excluir atividades do Calendário, desde que sejam aprovadas pelo Poder Legislativo. Este, não parece ser um empecilho para as alterações propostas pela Secretaria, visto que até o momento nenhuma alteração havia sido negada.

Como proposta para organização e elaboração de políticas públicas [Marcellino](#) (1996) sugere que deva se pensar em termos de conteúdos, abrangendo diferentes interesses da população e remete significativa importância para a fixação de prioridades devido às dificuldades e limitações da Secretaria. O autor continua descrevendo que uma política não pode levar em consideração somente as atividades, mas também, a questão da formação dos funcionários, dos equipamentos e dos espaços públicos de esporte e lazer.

Quando perguntados sobre a participação da população nas decisões, os participantes explicam que ela acontece através de sugestões:

“Algumas decisões são próprias da Secretaria por sentirmos necessidade e outras são sugestões da comunidade. Reis do Rio foi uma sugestão de uma pessoa ligada ao esporte e nós fomos motivando a idéia de fazer a atividade no rio e se criou o Reis do Rio” (Entrevista nº 3 de Pedro).

“O evento surgiu da idéias de um professor que trabalhava com basquete que sugeriu fazer uma atividade para os cadeirantes, e eu pensei, porque não? Isso nem passava pela minha cabeça, depois foi amadurecendo a idéia, agora todo ano a gente faz” (Entrevista nº 1 de Amélia).

Fica evidente que a participação da comunidade acontece de *“fora para dentro”*, ou seja, a comunidade é quem procura a Secretaria para propor idéias e atividades de forma informal. Os funcionários apresentam-se dispostos para receber estas sugestões e avaliam a possibilidade. No entanto, as demais propostas da Secretaria são organizadas a partir do que os funcionários acreditam ser do gosto da comunidade, não há consulta popular para esta finalidade.

Outra constatação é que não há organizações populares que discutam o esporte e o lazer, a exemplo dos Conselhos Municipais da Esporte e Lazer. [Marcellino](#) (1996) entende como necessária a mobilização para construção de grupos populares, através do poder público, capazes de criticar e criar novas possibilidades através de suas realidades.

Apesar destas formas de organização apresentadas pelos participantes da pesquisa, as prioridades do Secretário parecem estar à frente de decisões coletivas:

“A palavra final é do chefe, mas acho que quem define primeiro somos nós que vamos trabalhar, claro que se o chefe disser não, não vai acontecer porque as vezes a gente esbarra no tempo, no orçamento, as vezes até em questões políticas, não sei se neste ano aconteceu [...]” (Entrevista nº 4 de Bruno).

“Como Secretário, algumas prioridades a gente tem, mas eu procuro sempre conversar com os profissionais [...], então eu dou um pouco de autonomia para os profissionais da área da Educação Física para definirem suas prioridades, no trabalho de cada um.” (Entrevista nº 2 de Gustavo).

“A palavra final mesmo é a do Secretário juntamente com a equipe esportiva” (Entrevista nº 3 de Pedro).

“O Secretário que é a palavra máxima, se ele disser que não, a gente não faz” (Entrevista nº 5 de Douglas).

A interpretação para a questão da organização para eleição das atividades é que apesar de haver um sentimento de serem agentes ativos na tomada das decisões, seja por parte dos funcionários ou da população, quem realmente define é o gestor.

A importância da participação popular efetiva e de qualidade no processo de eleição das atividades torna-se necessária para combater a arbitrariedade e provocar a noção de responsabilidade sobre si e sobre o bem público ([BATISTA](#), 2005).

Considerações finais

Compreender o processo de organização utilizado para decisão das políticas municipais evidenciou que a Secretaria investigada se organiza através de reuniões com a elaboração do calendário de eventos no início do ano e pela participação informal da população, sendo que a decisão final é tomada pelo gestor.

As reuniões organizadas pela Secretaria são planejadas para se realizarem semanalmente, com a finalidade de avaliar e discutir as propostas pensadas já definidas pelo Calendário de Eventos, sendo possível inserir ou excluir atividades durante o ano. Na impossibilidade de realização da reunião, as conversas informais realizadas entre os funcionários também tornam-se alternativas para trocas de informações, inclusive elaboração de novas atividades. A população participa informalmente, através de sugestões aos funcionários que apresentam-se dispostos a avaliá-las. Esta manifestação popular acontece em qualquer momento do ano, não havendo um momento, ou espaço definido. Apesar destas formas de elaboração, fica evidente que a decisão do gestor se sobrepõe as demais, sendo que a definição para realização ou não das atividades permanece centralizada.

De modo diferente, numa perspectiva de desenvolvimento, uma política social que vê a sociedade civil como parceira do Estado tende a gerar posições reivindicatórias, críticas e comprometidas por parte da população. Diferencia-se aí o cliente do cidadão onde os problemas do Estado passam a ser vistos como um problema de todos ([OLIVEIRA](#); [HÚNGARO](#), 2005).

A participação popular na gestão pública é necessária para efetivar a democracia e

despertar o sentimento de co autoria das ações. Para tanto, considera-se necessário que as instituições públicas tomem a iniciativa de criar mecanismo de participação ativa da população nas decisões, entres estes mecanismos, pode-se considerar a criação de Conselhos Municipais de Esporte e Lazer entre outras alternativas, tomando como ponto de partida ações formativas que visem a valorização da área e da própria participação popular.

Referências

AMARAL, S. C. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas pública de lazer em Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 9-26, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/issue/view/223/showToc>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

BATISTA, M. C. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esporte e lazer no Governo do Estado de Pernambuco – 1999 - 2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 27-48, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/issue/view/223/showToc>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: versão atualizada até a Emenda n.57/2008. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

CASTELLANI, F. L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELLANI, F. L. Lazer e qualidade de vida. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 7-22.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. 5. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DEMO, P. **Pobreza política**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Archidona: Aljibe, 1996.

HÜNGARO, E. M. As transformações sociais recentes e as políticas sociais: pressupostos para se pensar o esporte e o lazer como direitos sociais na contemporaneidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 1., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2005.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 151-178.

MARCELLINO, N. C. Subsídios para uma política de lazer: o papel das prefeituras. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 23-30.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

MELO, M. P. A Vila Olímpica de Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 89-106, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/issue/view/223/showToc>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

OLIVEIRA, B. A.; HÜNGARO, E. M. Esporte e lazer como direitos sociais e a ofensiva neoliberal: primeiras aproximações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 1., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2005.

RAMOS, H. H. S. **A ilusão do sufrágio universal na Constituição de 1891**. 2007. 74 f. Monografia. (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo)-Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdc/amara/301/ilusao_sufragio_ramos.pdf?sequence=3>. Acesso em: 08 dez. 2009.

ROCHA et al. Ordenamento legal e políticas públicas de esporte e lazer: o abismo entre gestão cidadina e participação popular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2007, Recife. **Anais...** Recife: CBCE, 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte

e lazer e outras formas de participação direta. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Recife. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd>>. Acesso em: 10 maio 2009.

[STIGGER](#), M. P. Políticas sociais em lazer, esporte e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente a pergunta: são as políticas públicas para educação física, esporte e lazer, efetivamente políticas sociais?. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 10, n. 11, p. 83-96, 1998.

Bolsista CNPq.

Endereço:
Verônica Werle
Rua Salgado Filho, 180, Alto da Bronze
Estrela RS Brasil
95.880-000.
Telefone: (48) 88325877.
e-mail: vewerle@yahoo.com.br

Recebido em: 22 de agosto de 2009.
Aceito em: 22 de dezembro de 2009.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)